

## Trabalho e repressão: memórias de um ferroviário sobre a ditadura civil-militar de 1964.

Work and repression: memories of a railway worker on the civil-  
military dictatorship of 1964.

*Edgar Ávila Gandra*<sup>1</sup>

*Lidiane Elizabete Friderichs*<sup>2</sup>

**Resumo:** Esse artigo discutirá como o movimento sindical dos trabalhadores ferroviários de Rio Grande – RS foi afetado pela ditadura civil-militar de 1964. A análise será feita a partir das memórias de um ferroviário que vivenciou esses duros anos de fechamento político, enfocando como os trabalhadores entenderam aquele período e quais as formas de luta sindical passaram a adotar.

**Palavras-chave:** Ferroviários; Ditadura civil-militar; Memória

**Abstract:** This article discussion about how the railways worker syndicate movement of Rio Grande – RS was affected for the civil-military dictatorship of 1964. Its analyse will elaborate from the memories of a railway worker that lived the hard years of closed politic, focusing with the workers understand this period and which what form of syndicate fight have adopted.

**Keywords:** Railway workers; Civil-military dictatorship; Memory

O presente artigo pretende fazer uma análise das memórias de um sindicalista ferroviário riograndino (RS) sobre a ditadura civil-militar brasileira. É necessário observar sobre esse entrevistado, que o mesmo foi uma figura-chave nesse momento tumultuado da política brasileira, sendo uma liderança sindical que vivenciou todo o período, estando em uma posição privilegiada para ter um olhar atento ao contexto histórico que estava inserido.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História e do PPGH da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Doutor em História pela UFRGS. E-mail: edgar\_gandra@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Graduação em História – Licenciatura pela FURG. Bolsista CAPES. E-mail: lidianeef@yahoo.com.br

Seguindo a ótica deste, enfocar-se-á, de que forma as relações sindicais se alteraram e como os trabalhadores passaram a se organizar no pós-golpe. Assim, essa análise se focará em uma entrevista que se utilizou metodologicamente da História Oral temática, estudando, a partir dela, as memórias de um militante sindicalista no tocante as mudanças políticas ocorridas no país na década de 1960 e como elas afetaram o cotidiano sindical. Nesse sentido, dividimos esse artigo em dois momentos interligados, no primeiro elaborou-se uma discussão conceitual sobre a temática, e no segundo, tendo a memória reavivada como fonte, edificou-se uma interpretação do momento histórico.

Significativa parcela da historiografia sobre a história do trabalho trata a organização sindical do pós-64 como inócua nos aspectos reivindicativos, talvez por não movimentar os mesmos embates que no período pré-golpe. É evidente, que nesses duros anos de ditadura, pelas suas características repressivas, houve uma drástica diminuição de greves, reuniões legais e reivindicações mais acirradas. O governo golpista tentou impor um desmantelamento das ações contestatórias dos trabalhadores, através da ilegalidade de suas atividades e da punição violenta aos questionadores da “ordem nacional”. Veiculou-se assim, por algum tempo, que os trabalhadores aceitaram calados e ordeiramente aos anos de fechamento político. Estudos mais aprofundados sobre o período mostraram ser essa uma versão insustentável. De acordo com Marcelo Badaró Mattos,

[...] poderia prevalecer a imagem de que este período foi marcado apenas pela progressiva conformação das entidades sindicais à ditadura militar. Contudo, não é este o caso. As intervenções de 64 não seriam suficientes para apagar por completo a memória das lutas dos anos anteriores ao golpe (MATTOS, 1998, p. 137).

A partir de estudos sobre diferentes setores da classe trabalhadora, de alguns historiadores como o já citado, Marcelo Badaró Mattos, Antônio L. Negro entre outros<sup>3</sup> e das entrevistas realizadas pelos autores, percebe-se que os trabalhadores vêem o golpe como algo que podou suas expectativas de conquistar maiores espaços sociais e mais direitos. Nota-se, na fala dos trabalhadores, queixas e indignações pelo que tiveram que suportar, e, por fim, a criação de uma nova forma de luta e

---

<sup>3</sup> Outros historiadores que trabalham com a temática são: Antônio de Almeida e Kátia de Sousa Rodrigues

resistência. Observou-se que além das confissões e desabafos, sobre o processo que impediu sua liberdade de expressão, há também muitos silêncios, elementos não ditos e não confessáveis, pelo medo da punição ainda impregnada na sociedade.

Para trabalhar com a História Oral e com a Memória usou-se os métodos e as teorias propostas por alguns autores como, Alessandro Portelli, Michael Pollak, Daniel James, Luisa Passerini e Joel Candau. Esses foram de fundamental importância para a compreensão do objeto de análise e para a formulação da entrevista. Luisa Passerini afirma que,

A oralidade apresenta um quadro distinto. O papel é muito mais fortemente, e imediatamente, emotivo – isso porque o interlocutor está presente, faz perguntas ou pelo menos acena positivamente ou faz expressões de desaprovação. [...] Este aspecto, longe de ser um atentado contra a objetividade, é um modo de recuperá-la. A emotividade faz emergir, na relação intersubjetiva, indícios preciosos que de outro modo seriam perdidos (PASSERINI, 2011, p. 40).

Como bem aponta Passerini, a oralidade permite remontar detalhes e emoções da vida cotidiana das pessoas, proporciona a possibilidade de entender a forma como trabalhadores, no caso desse artigo, os ferroviários riograndinos, sentiram-se em relação ao golpe e como enfrentaram a tentativa de desarticulação de sua classe e a dificuldade extrema de manter um diálogo com o Estado. Ao abordar as vivências sobre o cotidiano trabalhista, o qual, em diversos momentos pós 1964, pôde ser visto como ambiente cerceador de liberdades individuais e coletivas, nota-se que ao interpretar sua história, o narrador não se desvincula do presente e formula ressignificações para suas lutas operárias. Dessa forma, como afirma Portelli, “as versões das pessoas sobre seus passados mudam quando elas próprias mudam (PORTELLI, 2000, p. 298)”; nota-se, a partir disso, que a memória não é estática, não vê os acontecimentos da mesma forma de quando se concretizaram, mas a entende e interpreta de acordo com as diferentes concepções que se adquire durante a vida.

De acordo com Candau memória e história não são sinônimos, mas se colocam em contínuo confronto pelas suas representações do passado. A negociação coletiva da memória em relação ao que se deve perpetuar e ao que se deve esquecer, se dá, conforme explica Candau, aprofundando a discussão proposta por Maurice

Halbwachs<sup>4</sup>, através dos quadros sociais da memória. Os sujeitos que vivenciaram as mesmas situações históricas e compartilharam o mesmo espaço social tendem a ter relatos parecidos sobre o passado, estabelecendo o que se considera pertinente de ser lembrado (CANDAUI, 2002, p. 56-86).

Com o golpe civil-militar que se instaura em abril de 1964 o movimento trabalhista vai sofrer uma tentativa cotidiana de desmantelamento; sindicatos foram fechados, movimento sociais postos na ilegalidade, líderes e membros mais combativos do movimento operário e camponês foram presos, torturado e/ou mortos. Houve a manutenção do controle estatal sob qualquer movimento que representasse “ameaça a segurança nacional” e pudesse ser símbolo de subversão. Nesse sentido, as classes populares, salvo raras exceções, ficaram impedidas de realizar manifestações públicas contra o regime político e contra as medidas opressoras, de caráter elitista, que minimizaram os direitos trabalhistas.

Essas memórias tantas vezes relegadas ao silêncio podem, através de História Oral, assumir seu pertencimento individual ou coletivo para a sociedade, afirmando suas semelhanças e/ou oposições em relação a outras versões. Michael Pollak ao focar sua atenção para silêncios e memórias subterrâneas, afirma que

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos (...). A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989, p. 7).

A memória sindical tende, assim, a estabelecer certas semelhanças entre si. As lutas por mais que se diferenciem em lugares e profissões têm em comum inúmeras reivindicações e posições. Existem dentro do espaço trabalhista tanto brigas por ideias e poder, quanto a união em torno de uma causa e por afinidades pessoais. Tanto as diferenças como as semelhanças são inerentes a todos os grupos humanos, podendo-se estudar tanto suas afinidades, quanto suas desuniões; o que

---

<sup>4</sup> Nos livros: HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1950. E, HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Albin Michel, 1925-1924.

estabelecerá norte nessa análise, no entanto, é o que os une, é a maneira como o narrador fala das lutas e dos interesses comuns da sua classe.

Como expressa Daniel James, não devemos nos deter à procura de relatos coesos, como se a vida fosse uma linha reta onde todas as escolhas tivessem um porque predefinido. A vida cotidiana do local de trabalho revela imprecisões, conflitos e disputas, não tornando as atuações sempre coerentes e únicas, mas revelando as complexidades de um ambiente ditatorial, no caso deste trabalho, que tentou dismantelar as formas de cultura e organização traçadas pelos trabalhadores (JAMES, 2004, p. 311).

Contudo, notou-se a tentativa do narrador de manter um sentido para a sua vida, buscando relembrar ações antes de sua entrada para o sindicato, posicionado-se sempre como militante. De acordo com Bourdieu, nos relatos autobiográficos procura-se encontrar uma coerência, uma linearidade lógica para a vida, buscando sempre encontrar um sentido para as ações, por mais casuais que elas pareçam. Nosso entrevistado, Saturnino, ao contar a história de sua vida tenta manter uma lógica explicativa para sua militância e expressar a importância que teve para o sindicalismo riograndino, colocando-se em uma posição de destaque e de insubstituível (BOURDIEU, 1998, p. 184).

### **O cotidiano sindical e a repressão**

A importância de Saturnino Novo para a organização dos trabalhadores ferroviários riograndinos foi conhecida ainda na confecção da pesquisa sobre ferroviários riograndinos. Praticamente todos os ferroviários aposentados que se teve contado falaram do entrevistado como um articulador e organizador dos trabalhadores e das associações.

Saturnino Novo entrou como artífice de oficina da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no ano de 1953, na cidade de Rio Grande e se aposentou em 1980. Foi testemunho de inúmeros acontecimentos políticos nacional e regionalmente. Participou da explosão do sindicalismo, fazendo parte, logo da sua entrada, de organizações operárias e, de acordo com ele, na luta por espaço dentro dessas associações com os trabalhadores mais antigos. Viu a ferrovia passar de estadual para

federal, no ano de 1957, o que desencadeou uma luta junto ao governo do Estado para que os ferroviários se mantivessem como funcionários estatais. Através de muitas pressões e do apoio de Leonel Brizola, governador do Estado na época, os ferroviários tornaram-se funcionários públicos estaduais “cedidos” a Rede Ferroviária Federal. Nos governos de Brizola e João Goulart os trabalhadores vislumbraram a promessa de melhores condições salariais e do asseguramento de maiores direitos. Acreditavam que o Brasil se transformaria numa república sindicalista, quando, assolando muitos de seus desejos e sonhos, deflagrou-se o golpe civil militar de 1964 e com ele a destruição de suas expectativas.

É partir de 1964 que Saturnino se torna um ator político, pois com a prisão de antigos líderes sindicalista, passa para ele a responsabilidade de dar seguimento à organização sindical ferroviária de Rio Grande. “A partir de 64, aí atiraram em cima de mim, - Bom, agora é tudo contigo [...] A gente tinha que formar uma diretoria. Normalmente nós chamava o trio. A gente fazia um trio né. Porque se você fazia com 10 ia 4, se fazia com 4 ai 2, então a gente fazia a diretoria de 3 velhaco”<sup>5</sup>. Uma questão interessante é o fato que os antigos membros da entidade dos ferroviários, foram depostos e ao depoente coube um papel significativo de dar continuidade ao movimento sindical. Tem-se presente que o contexto dessa troca de diretoria não ficou bem explicada na entrevistas, sobretudo como o entrevistado emergiu o conseguiu se manter nessa complexa tarefa. Talvez devido a seus contatos pessoais e/ou no momento ele não representasse perigo aos golpistas.

Saturnino, que se tornou dirigente de associações ferroviárias após o golpe de 1964, quando, os então líderes sindicais, foram presos e impedidos de integrar entidades de classe, representa uma categoria de militantes pouco explorada pela historiografia, que prefere debruçar seu olhar aos militantes mais combativos e que sofreram mais perseguições, que estes, que foram a grande maioria do período.

Notadamente, segundo a entrevista, os militantes depostos pelos golpistas na entidade dos ferroviários de Rio Grande, seriam, em sua maioria, ligados ao Partido Comunista; também destaca-se em suas falas, que os antigos militantes não mantinham uma relação de igualdade com os trabalhadores mais novos e não

---

<sup>5</sup> A Entrevista foi realizada pela autora em 24/06/2011, na residência de Saturnino Novo, na cidade de Rio Grande. O entrevistado está com 80 anos. Todas as demais citações do artigo referem-se a essa mesma entrevista.

partidarizados. Saturnino se afirma não partidarizado, mas assume sua simpatia e apoio, à época, ao governo de Brizola e João Goulart e diz que os ferroviários almejavam uma república classista. Notamos assim que por mais que se tente negar vinculação com partidos políticos, a simpatia a eles é evidente, como demonstrada no relato abaixo,

Não o problema, era o seguinte, por exemplo, nós misturava, nós misturava, a nossa situação de categoria, com a situação do próprio golpe. Então como nós tava numa situação em defesa, assim, o salário era ilusório, o salário era obsoleto, então nós misturava muito as coisas. Nós ia muitas vezes reivindicar e já se integrava, na época já se prestar para fazer algum batalhão, não propriamente um batalhão assim. Mas uma guarda, uma segurança ao governador, o que fosse necessário, nós tava pra tudo que fosse necessário.

Percebe ainda, na fala acima, a ligação dos interesses sindicais com a defesa das ações de Brizola, este aparece constantemente nas falas do narrador sendo perceptível certa dívida de gratidão para com este, no que se refere a ajuda da conquista dos direitos trabalhistas.

Em contrapartida a essas ações dos trabalhadores, percebe-se que as experiências das lutas sindicais adquirem um padrão diferente nos anos posteriores ao Golpe civil-militar, pois suas manifestações não seguem a “normalidade” de um período democrático e participativo, assim, a análise também não pode ser desvinculada do fato que o período em estudo era cerceador de liberdades individuais. No relato a seguir Saturnino explica como se deram as primeiras intervenções do governo militar no sindicato de Rio Grande.

Na época, é, quando a gente conseguiu a lei, quando a Rede nos aceitou e foi criado o termo de reversão, ai logo em seguida veio o Golpe, ai, o golpe Foi o que nos achatou. Que nós tava como queria, nós ia deplora, nós ia sair pra batalha, pra usufruir do que a gente tinha direito; foi quando deu o golpe militar. Ai com o golpe ele nos [inaudível], porque não reconheceram o termo de reversão, eles não reconheceram. Muito pelo contrario até tiraram a lei do termo de reversão. Que era a lei que nos dava paridade de salário com o sargento do exército. Nosso salário era pra ser equiparado a um sargento do exército. Foi o primeiro que eles cortaram, eles cortaram; foi quando Castelo Branco chegou, e houve o cancelamento do aumento do João Goulart de 110%. Foi ai, contrário dos ferroviários todinhos, foi ai a gota d'água, que eles deram o golpe, quando eles

deram o golpe. Dos 110, ai dos 110% eles pegaram e deram 80% pra os chefes de exército e para nós deram 20%. E ai, foi quando começou aquela briga pra reconhecer; fomos pro congresso, constituinte, pra nos darem essa lei, e foi o que nos trouxe o resultado que nós ficamos de 50, 69, mais ou menos, assim 69, 68 até 70, ficamos na pindaíba, na pindaíba mesmo. Era salário mínimo, não tinha.

Segundo Moura o aumento salarial concedido aos ferroviários, o qual, através da Lei da Paridade, equiparava o salário dos funcionários civis e militares, proporcionou uma melhoria considerável para a qualidade de vida desses trabalhadores. (MOURA, 2007, p. 80-81)<sup>6</sup>. Como percebe-se na fala do narrador, o governo militar não reconheceu o direito anteriormente conquistado, o decreto nº 5, de 1966, aboliu todos os acordos anteriormente estabelecidos pelo governo de João Goulart, ficando os ferroviários sem receber aumento salarial por mais de dez anos. Mesmo que possa haver um exagero do depoente em afirmar que ficou tantos anos sem aumento de salário, o fato demonstra a penúria que os trabalhadores enfrentaram naqueles anos.

O governo manipulava os índices de inflação para não ser obrigado a conceder aumento, diminuindo as condições de sobrevivência dos trabalhadores, que tiveram que encontrar alternativas para manterem-se, “aquele salário que a gente ganhava, não cobre as despesas da gente. Então, tive que trabalhar fora para poder cobrir isso”. Para conseguir uma renda extra, Saturnino que era artífice de oficina, fazia portas, janelas, chalés de madeira, entre outras coisas, para vender. Conta que só trabalhava em casa “na época do aperto”, e que mesmo antes do golpe passou por momentos assim, mas que foi a partir dele que as coisas pioraram para os trabalhadores. “Aquele época foi um desastre. As pessoas saindo, o pessoal saindo da Rede”. Com condições de trabalho cada vez mais abusivas e salários miseráveis muitos ferroviários consideraram mais válido encontrar outro emprego ou trabalhar autonomamente do que manter um vínculo empregatício, o qual mal dava condições para sua subsistência.

Saturnino nos confirma o que a historiografia do mundo do trabalho já escreveu sobre a temática no que se referem as precárias condições que os trabalhadores foram obrigados a enfrentar. Além de verem reduzidas suas condições

---

<sup>6</sup> Salientamos que a Lei da Paridade foi uma luta de várias entidades sindicais brasileiras, além dos ferroviários, também participaram os marítimos, portuários e estivadores.



básicas de alimentação, estavam atados a Atos Institucionais que impediam as formas habituais de organização e resistência, como greves, reuniões e pressões dos sindicatos junto à opinião pública e a mídia. No entanto, de acordo com Thompson (THOMPSON, 1897), quando a classe trabalhadora é impedida de organizar-se da forma com que estava acostumada, cria outras formas de expressar-se e reivindicar, produzindo outras estratégias de contestação; no caso dos trabalhadores brasileiros uma das únicas formas de reivindicação legal na época era por meio dos processos judiciais. Saturnino em vários momentos da sua fala enfoca a importância que a justiça do trabalho teve para o asseguramento de algumas conquistas.

A passagem a seguir é sobre a tentativa do governo para tentar impor que os ferroviários se incorporassem ao regime da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho, Lei nº 6.184, de 11 de dezembro de 1974) e abdicassem de sua titulação de servidores estaduais ou federais. Saturnino conta que os trabalhadores tiveram que entrar na justiça para assegurar o direito de manter-se como funcionários públicos, “ah nos corremo pra advogado, pra gente ter uma chance”.

Com a CLT [...] Perdia estabilidade, aí eu entrei na briga, aí foi uma briga, briga, e nós entrando na justiça e foi aquela discussão e fomos. [...] O Dr Batista [que era o advogado], disse – Olha, se tiver segurança no departamento onde eu trabalho, eu entro e ganho. Vou falar pra vocês; vocês não são obrigados a passar para a CLT, vocês tem direito a, vocês são trabalhador e não ganhavam. Mas mesmo assim o pessoal, por que era mais rápido, aí o pessoal se atirava.

A CLT aparentemente garantiria um salário maior, mas tirava a estabilidade e outras garantias que um emprego público proporciona. Os ferroviários que não quiseram fazer a opção poderiam ficar sem receber décimo terceiro salário e quinquênios, o que se tentou reparar por ação judicial. Em sua fala, o entrevistado, sempre retomava a esses anos em que os trabalhadores passaram lutando na justiça para a garantia de permanecer como funcionários do estado do RS e para fazer valer os direitos que lhes estavam assegurados, aliás essa luta por direitos trabalhistas parece ser a memória reavivada mais intensa, talvez mais importante que a luta política contra o governo ditatorial. O narrador também enfoca a luta para tentar convencer os companheiros a não fazer a opção para a CLT, essa como garantia

benefícios rápidos teria iludido muitos a fazer a opção, os quais, de acordo com Saturnino, mais tarde se arrependeriam da troca.

Perguntado sobre a quantidade de trabalhadores que participavam das associações no pós-golpe, o entrevistado revela que “tinha um grupo que participava, mas não era muito não, era pouca gente, o pessoal ficou sestroso né, e depois começou as prisões”. O exemplo de alguns companheiros que foram presos, demitidos e que recebiam constantes ameaças coagiu a maioria dos trabalhadores a não continuar na luta ativa. A visualização do sofrimento dos antigos companheiros de trabalho, presos, demitidos e/ou postos na ilegalidade, fez com que muitos ferroviários recuassem da luta direta por mudanças políticas.

Outras categorias, como a dos portuários riograndinos, também passaram por cerceamentos semelhantes, como se pode observar no relato de um militante portuário aposentado:

O pior de tudo era o terrorismo que o cara tava sempre com medo, até houve uma época para se fazer as assembléias que muitos companheiros tinham medo de vir, acho nem tinha tanto motivo para ter medo, mas tinha muitos companheiros que tinham medo que tinham medo de vir as assembléias, como dizem, que eu não sei, tinha companheiro que virou dedo duro coisa e tal, que foi, para se clarear, que acho que foi ignorância, não tinha necessidade daquilo.

Diante da fala desse trabalhador percebe-se que o temor da punição fez como que muitos portuários deixassem de participar da vida sindical, outros até delataram seus companheiros. Nota-se que o medo estava impregnado na vida sindical, sendo o afastamento dela uma prática comum a muitos trabalhadores.

*Devemos destacar que para um trabalhador, que normalmente tinha obrigações familiares, combater a ditadura do Estado Novo e ou qualquer outra ditadura é uma tarefa arriscada. As ações do homem comum, muitas vezes, não são compreendidas em nossa incansável busca por indícios de resistência (MONTEIRO, 2007, p. 55).*

A incansável busca por “heróis”, por pessoas que estavam sempre se arriscando para defender suas convicções políticas, faz com que muitas vezes se julgue a atitude de alguns trabalhadores perante a ditadura. Como expressa

Monteiro, os trabalhadores tinham diferentes obrigações e dependências. O fato de não se estar na frente das lutas não significa ser apoiador da ditadura. A busca àqueles que resistiram abertamente faz muitas vezes com que se esqueça e julgue aqueles que não apresentaram o mesmo comportamento, aqueles que agüentaram calados, que queriam seguir suas vidas normalmente.

Como se pôde notar, através da fala de Saturnino, observa-se que o cotidiano sindical sofreu uma turbulenta mudança após 1964. Houve a desarticulação das antigas formas de luta e o afastamento dos tradicionais sindicalistas, mas não houve a estagnação das reivindicações. A visualização da perda dos direitos e das condições de vida cada vez mais precárias, eram feitas/compreendidas por todos os trabalhadores; já os que tomaram a frente das lutas, foram poucos, nesse sentido Saturnino se destaca, porque assumiu, mesmo que com receios e cautelas, um movimento, que na época parecia vencido. Sua memória sobre o fechamento político revela as privações que os ferroviários foram obrigados a enfrentar e o medo de expor-se contra um governo que não aceitava contestação. As formas como os trabalhadores agiram e se posicionaram durante a ditadura civil-militar ainda são pouco compreendidas e aceitas porque revelam contradições e posições que teoricamente não estariam de acordo com suas lutas históricas. Entendê-los como pessoas comuns que também tinham seus medos e obrigações é o primeiro passo para que não se julgue ou interprete como “erradas” atitudes de silenciamento e auto-proteção.

## **BIBLIOGRAFIA:**

ALMEIDA, Antônio de. Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: vol. 19, n. 37, p. 01/24, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História Oral**. 8ª Ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

CANDAU, Joel. **Antropologia de la memória**. Tradução de Paula Mahler. 1ª Ed, Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

JAMES, Daniel. Contos narrados nas fronteiras. A história de Doña María; história oral e questões de gênero. In: **Culturas de Classe**. Tradução de Melissa Santos Fortes e Andre Caleffi, 1ª Ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, p. 287-314.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MONTEIRO, Claudia. Fora dos Trilhos. **As experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná - Santa Catarina (1934-1945)**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

MOURA, Fabrício Renner de Moura. **Avante, vamos para a luta: cotidiano e militância dos trabalhadores ferroviários da cidade de Cruz Alta (1958-1964)**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

PASSERINI, Luisa. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santiago. 1ª Ed., São Paulo: Letra e Voz, 2011.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral. In: **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2000, p. 296-313.

RODRIGUES, Kátia de Sousa. **Era uma vez em São Bernardo. (O discurso sindical dos Metalúrgicos – 1971-1982)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. (Dissertação de Mestrado em História).

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Vol I. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em Setembro de 2011

Aprovado em Dezembro de 2011